



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) aparelhos de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade de 12.000 BTUs e tecnologia Inverter, incluindo a prestação de serviço acessório de instalação física completa (modelo "chave na mão"), com fornecimento de todos os insumos de interligação (tubulações de cobre, suportes e fiações) e a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), para atender às necessidades de climatização da sede do Conselho Regional de Administração de Alagoas – CRA-AL.

PREÂMBULO

Tipo de Licitação: Pregão Eletrônico

Entrega de propostas a partir de : 26 de junho de 2026.

A partir da publicação no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Abertura da seção pública: 09/07/2026

- **Horário:** 09:00 (horário oficial de Brasília)

- **Local:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

- **Código da UASG:** 389134

O Conselho Regional de Administração de Alagoas – CRA-AL, autarquia federal de fiscalização profissional, por intermédio de seu Pregoeiro/Agente de Contratação, designado pela Portaria CRA-AL nº 17, de 09 DE JUNHO DE 2026, torna público que realizará, na data, no horário e no local indicados no preâmbulo, licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73, de 30 de setembro de 2022, e das demais normas aplicáveis.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

Não havendo expediente na data marcada, ou ocorrendo fato superveniente impeditivo à realização do certame, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e o mesmo horário, salvo comunicação em contrário pelo Pregoeiro/Agente de Contratação por meio do sistema eletrônico.

DA SESSÃO PÚBLICA E VINCULAÇÃO

1.1. O presente procedimento licitatório, de participação **exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, obedecerá estritamente aos preceitos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, da Lei Complementar nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022 e das demais normas aplicáveis, bem como às exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. A sessão pública será realizada na internet, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), sendo conduzida pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, assessorado por sua Equipe de Apoio.

1.3. Serão observadas as seguintes datas e horários de tramitação sistêmica:

1.3.1. Encaminhamento simultâneo da proposta de preços e dos documentos de habilitação: a partir da data de divulgação deste Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço www.gov.br/compras, até a data e o horário estipulados para a abertura da sessão pública.

1.3.2. Sessão pública na internet para recebimento dos lances: aberta no dia e na hora assinalados no preâmbulo.

1.4. Todos os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário oficial de Brasília/DF.

1.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de 04 (quatro) aparelhos de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade de 12.000 BTUs e tecnologia



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

Inverter, incluindo a prestação de serviço acessório de instalação física completa (modelo "chave na mão"), com fornecimento de todos os insumos de interligação (tubulações de cobre, suportes e fiações) e a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT).

2.2. A descrição detalhada, os quantitativos, as exigências de sustentabilidade e as condições de execução constam do Termo de Referência (Anexo I), parte integrante e inseparável deste Edital.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações descritas no sistema eletrônico (Compras.gov.br) e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, prevalecerão as dispostas neste último.

2.4. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos de direito, os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta do Termo de Contrato;

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico exclusivamente Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

Como condição para participação no certame, a licitante deverá assinalar "sim" em campo próprio do sistema eletrônico, declarando:

3.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

3.3.2. Que atende aos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

3.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame;

3.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;

3.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.3.6. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de aprendizagem, conforme art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas que se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

3.4.1. Com falência decretada, ressalvadas as que se encontrem em recuperação judicial ou extrajudicial cuja viabilidade econômica seja demonstrada na fase de habilitação;

3.4.2. Em processo de dissolução ou liquidação;

3.4.3. Punidas com suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, cujos efeitos alcancem o CRA-AL;

3.4.4. Que estejam reunidas em consórcio;

3.4.5. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, concorrendo no mesmo item;

3.4.6. Que tenham mantido vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CRA-AL ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como ME/EPP sujeitará o



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

licitante às sanções administrativas previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1. O cadastramento prévio no SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) é requisito obrigatório para a participação neste certame.

4.2. O órgão provedor do sistema eletrônico é a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SEGES/MGI).

4.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRA-AL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para bloqueio de acesso.

4.7. Incumbe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

DO SISTEMA ELETRÔNICO E DA PROPOSTA

5.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e do subsequente encaminhamento **simultâneo da**



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras
Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400
Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no PNCP e no Portal de Compras até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

5.3. O licitante enquadrado como ME ou EPP deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

5.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.4.1. Valor Unitário do Item: expresso em moeda corrente nacional (Real), correspondente à solução integrada "chave na mão", compreendendo o fornecimento do equipamento e a prestação do serviço de instalação completa;

5.4.2. Descrição Detalhada do Objeto: o licitante deverá indicar a marca e o modelo do equipamento, as especificações técnicas principais (capacidade de 12.000 BTUs, tecnologia Inverter, serpentina de cobre e Selo Procel categoria "A") e as condições do serviço que comprovem o atendimento ao Termo de Referência.

5.5. Não serão aceitas descrições genéricas (tais como "conforme Edital", "atendemos ao Edital" ou expressões similares) sem a identificação clara da marca, do modelo e dos atributos do bem/serviço ofertado.

5.6. No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como impostos, taxas, frete, seguros, encargos sociais e trabalhistas, insumos de instalação (tubulações de cobre, suportes, fiações e isolantes), custos com a emissão de ART/TRT e quaisquer outros custos diretos e indiretos incidentes na execução do objeto.

5.7. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por possuírem natureza direta e personalíssima, não serão incluídos na proposta de preços.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras
Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400
Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

5.9. A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

ABERTURA DA SESSÃO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, de forma eletrônica, na data, no horário e no local indicados no preâmbulo deste Edital, sob a condução do Pregoeiro/Agente de Contratação e de sua Equipe de Apoio.

6.2. O sistema eletrônico manterá os licitantes informados, em tempo real, sobre o andamento da sessão pública e os lances realizados.

6.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro durante a etapa de envio de lances, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, nos termos do art. 42 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

6.4. Quando a desconexão do sistema para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, nos termos do art. 43 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

6.5. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente por meio do sistema de mensagens eletrônicas (chat) do Portal de Compras do Governo Federal.

DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando preliminarmente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos deste Edital e do Termo de Referência, que sejam omissas, apresentem irregularidades insanáveis ou vícios capazes de dificultar o julgamento.

7.2. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras
Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400
Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

7.3. As propostas contendo a descrição do objeto, o valor e os eventuais anexos estarão disponíveis na internet, mantendo-se o sigilo quanto à identidade do licitante até o encerramento da etapa de lances.

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. Adotar-se-á o modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 23 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

8.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, compreendendo a solução global integrada ("chave na mão").

8.4. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período.

8.5. A prorrogação automática terá duração de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários, nos termos do art. 23, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

8.6. Não havendo novos lances, a etapa competitiva será encerrada automaticamente pelo sistema.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, devendo estes ser inferiores ao seu último lance registrado no sistema.

8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

8.9. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

8.10. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor condição de contratação, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo aceitável estabelecido no Termo de Referência.

9.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus Anexos quanto às especificações da solução integrada.

9.3. Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, será desclassificada a proposta que:

9.3.1. Contenha vícios insanáveis ou ilegalidades;

9.3.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (tecnologia Inverter, serpentina de cobre, Selo Procel categoria "A");

9.3.3. Apresentar preço final superior ao valor máximo estimado fixado pelo CRA-AL para a contratação;

9.3.4. Apresentar preços manifestamente inexequíveis.

9.4. Havendo indícios de inexequibilidade, o Pregoeiro diligenciará para que a licitante comprove que o valor ofertado é suficiente para cobrir todos os custos da solução (equipamentos, insumos de instalação e emissão de ART/TRT).

9.5. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância, mediante despacho fundamentado,



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

registrado em ata e acessível a todos, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.6. A licitante detentora da melhor proposta deverá encaminhar a Proposta Comercial Final Atualizada, adequada ao último lance ofertado, no prazo mínimo de 2 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro, nos termos do art. 38, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

9.6.1. A proposta final atualizada deverá conter: razão social, endereço, CNPJ, dados bancários, nome e CPF do responsável pela assinatura do contrato, prazo

de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, marca e modelo do equipamento, com valores expressos em apenas duas casas decimais.

DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia à participação no certame, os licitantes deverão ter encaminhado os documentos de habilitação **concomitantemente** com a proposta inicial, por meio do sistema eletrônico, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A habilitação será verificada prioritariamente por meio de consulta *on-line* ao SICAF. Ainda que o licitante possua documentação válida e regular no SICAF, **não ficará dispensado** de enviar os documentos nele abrangidos.

10.3. Os documentos complementares (Habilitação Jurídica, Fiscal, Trabalhista, Econômico-Financeira e Qualificação Técnica) que não constem do SICAF deverão ter sido anexados previamente no sistema no momento do envio da proposta.

10.4. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Havendo necessidade de diligências, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública, informando no chat a data e o horário para a sua continuidade, com aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 43 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

10.6. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou que não possua as condições de qualificação técnica requeridas.

10.7. Tratamento diferenciado (ME/EPP): havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.7.1. A não regularização no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, nos termos do art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá satisfazer os requisitos relativos à Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

11.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

11.2.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);

11.2.3. Sociedade empresária, Limitada Unipessoal (SLU) ou similar: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento comprobatório dos seus administradores.

11.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

11.3.1. Prova de inscrição no CNPJ;

11.3.2. Certidão conjunta de regularidade perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN);

11.3.3. Prova de regularidade com o FGTS;



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

11.3.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

11.3.5. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.1. Considerando a baixa materialidade da contratação e a natureza de entrega em parcela única do objeto, a Administração opta por utilizar a faculdade prevista no **art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, dispensando a apresentação de Balanço Patrimonial e respectivos demonstrativos de índices contábeis.;

11.4.2. Para fins de comprovação mínima de hígidez financeira, será exigida da licitante exclusivamente a apresentação de **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.4.3. Caso o órgão emissor não declare expressamente o prazo de validade na certidão apresentada, e não havendo previsão legal específica em contrário, o documento será considerado válido pelo prazo de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da sua data de emissão.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

11.5.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica: expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento e a instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo Split em complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação. Admite-se o somatório de atestados de diferentes contratos executados concomitantemente;

11.5.2. Registro profissional: comprovação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em plena validade;

11.5.2.1. Caso a licitante opte pela subcontratação da parcela de instalação, o registro no CREA/CFT poderá ser suprido mediante a apresentação do registro da empresa subcontratada, acompanhado de declaração formal de compromisso de subcontratação.

11.5.2.2. Caso a licitante opte por utilizar a prerrogativa de subcontratação parcial da parcela de instalação, deverá apresentar, junto com os documentos de habilitação, declaração formal de compromisso de subcontratação



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

acompanhada da comprovação de registro regular da empresa subcontratada perante o conselho de classe competente (CREA ou CFT), nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.6. DECLARAÇÕES INSTITUCIONAIS:

11.6.1. As declarações exigidas pela Lei nº 14.133/2021 serão prestadas pela licitante diretamente em campos próprios do sistema Compras.gov.br no momento do envio da proposta, dispensando-se o envio de declarações avulsas.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

12.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em formato eletrônico (digital ou digitalizado), inseridos exclusivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

12.2. É terminantemente vedada a entrega de documentos físicos ou envelopes na sede do CRA-AL.

12.3. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante, com o respectivo CNPJ.

12.3.1. Serão aceitos documentos com CNPJ da matriz em nome da filial (e vice-versa) exclusivamente naqueles casos em que, por sua natureza ou por força de lei, a emissão seja comprovadamente centralizada.

12.4. Os documentos apresentados deverão estar válidos na data fixada para a abertura da sessão pública. Quando o órgão emitente for omissivo quanto ao prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias corridos a partir da data de emissão, salvo previsão legal específica em contrário.

12.5. Todo documento originalmente emitido em língua estrangeira deverá estar acompanhado de tradução por tradutor público juramentado e de consularização ou apostilamento (Apostila da Haia), conforme o caso.

DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

13.1. A proposta comercial final atualizada deverá ser encaminhada pela licitante declarada vencedora exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo assinalado pelo Pregoeiro no chat, que não será inferior a 2 (duas) horas, nos termos do art. 38, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

13.2. A proposta final deverá refletir o escopo total da solução integrada ("chave na mão") e será levada em consideração no decorrer da execução contratual.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam irrestritamente a licitante vencedora.

13.4. A não apresentação da proposta ajustada ao lance vencedor no prazo estipulado sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor do presente Pregão Eletrônico, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, nos termos do art. 165, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O Pregoeiro concederá prazo não inferior a 10 (dez) minutos para que as licitantes manifestem a intenção de recorrer, nos termos do art. 40 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará a **preclusão** do direito de recorrer, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar para adjudicação pela autoridade competente do objeto à licitante declarada vencedora.

14.4. As licitantes que tiverem sua intenção de recorrer aceita terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, ficando as demais intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, nos termos do art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.5. O prazo para apresentação das contrarrazões começa a correr da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico, nos termos do art. 165, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

14.6. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar a sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará a matéria à autoridade superior competente (Presidente do CRA-AL), que deverá decidir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

14.8. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos, nos termos do art. 71, inciso IV, e do art. 44 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

15.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os prazos recursais, o processo será encaminhado à Autoridade Competente do CRA-AL, que verificará a regularidade dos atos praticados e promoverá a homologação

do certame, nos termos do art. 44 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022.

DO CONTRATO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

16.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Termo de Contrato, conforme minuta constante no Anexo II deste Edital, adaptada à proposta da licitante vencedora.

16.2. O CRA-AL convocará formalmente a adjudicatária para assinar eletronicamente o Termo de Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

16.2.1. O não atendimento à convocação no prazo assinalado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

16.3. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária, apresentada antes do seu transcurso, e desde que aceita pelo CRA-AL, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Antes da assinatura do contrato, o CRA-AL realizará nova consulta on-line ao SICAF e aos cadastros CEIS/CNEP, salvo os comprovantes aos autos do processo.

16.5. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), período suficiente para a execução integral do escopo, recebimento definitivo, liquidação e pagamento.

16.5.1. O contrato estará concluído com o recebimento definitivo da totalidade do objeto, liquidação e pagamento, admitindo-se prorrogação de vigência mediante termo aditivo caso o objeto não seja concluído no período estipulado por razões não imputáveis à Contratada, nos termos do art. 105, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

DO REAJUSTE

17.1. Considerando que o prazo estipulado para a entrega e a instalação completa do objeto é de até 30 (trinta) dias corridos, os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no período de vigência.

17.2. A incidência de reajuste ocorrerá apenas na hipótese excepcional de a execução extrapolar o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, adotando-se o índice IPCA/IBGE, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES DO CFA E DA CONTRATADA



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do profissional de Administração, contribuindo com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

18.1. O CONTRATANTE (CRA-AL) OBRIGA-SE A:

18.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

18.1.2. Assegurar o livre acesso das equipes técnicas da Contratada aos ambientes da sede do CRA-AL para a instalação;

18.1.3. Verificar a manutenção das condições de regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência contratual;

18.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o recebimento definitivo da solução e a liquidação da despesa.

18.2. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

18.2.1. Entregar os equipamentos e concluir integralmente os serviços de instalação no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho;

18.2.2. Responsabilizar-se por todas as despesas com salários, EPIs, transporte, encargos trabalhistas e previdenciários, garantindo a inexistência de vínculo empregatício de seus funcionários com o CRA-AL;

18.2.3. Entregar a ART ou o TRT devidamente recolhido junto ao CREA ou ao CFT, relativa aos serviços de instalação;

18.2.4. Executar a perfuração de alvenaria, passagem de tubulação frigorígena (cobre isolado), interligação elétrica e fixação de suportes, realizando a limpeza do ambiente e o descarte ecologicamente adequado dos resíduos ao término dos serviços;

18.2.5. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os equipamentos ou serviços nos quais se verificarem defeitos, garantindo assistência técnica no local (Garantia On-Site) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

19.1.1. Recebimento Provisório: de forma sumária, no ato da entrega física dos equipamentos nas dependências do CRA-AL, para conferência de quantitativos, marcas, Selo Procel e serpentinas de cobre;

19.1.2. Recebimento Definitivo: no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da instalação, condicionado à verificação do pleno funcionamento dos aparelhos, limpeza do local, entrega dos manuais e certificados de garantia e entrega da ART/TRT original.

19.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e pela segurança dos bens e serviços.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Presidência do CRA-AL, observando-se o princípio da segregação de funções entre as fiscalizações técnica e administrativa, conforme detalhado no Termo de Referência (Anexo I).

20.2. A fiscalização anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

21.2. É expressamente vedado o pagamento fracionado ou correspondente apenas à entrega dos equipamentos. O atesto da Nota Fiscal e a liquidação ficam condicionados à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

21.3. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária, transferência eletrônica ou PIX, para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada.

21.4. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada preferencialmente por consulta on-line ao SICAF pelo CRA-AL, sem prejuízo de apresentação de documentação acessória/complementar relativa ao SICAF pelo contratado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

22.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CRA-AL, vinculados ao Convênio PRODER nº 86/2025, na seguinte dotação orçamentária:

Fonte: Máquinas e Equipamentos

Conta nº: 6.2.2.1.1.02.01.03.002

DO VALOR ESTIMADO

23.1. O valor estimado unitário e global da contratação encontra-se consolidado no no Termo de Referência (Anexo I), com acesso público e franqueado a todos os licitantes.

23.2. Nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, o CRA-AL fixa como critério de aceitabilidade o valor máximo estimado pelo órgão, sendo desclassificada a proposta que apresentar preço final superior ao teto estabelecido.

DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou adjudicatária que:

24.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo;

24.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

24.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.1.5. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

24.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

24.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa;

24.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

24.2. A licitante que cometer qualquer das infrações acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções (art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

24.2.1. Advertência: aplicada exclusivamente pela infração do subitem 24.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

24.2.2. Multa: de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, a ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da comunicação oficial;

24.2.3. Impedimento de licitar e contratar: pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 24.1.2 a 24.1.7;

24.2.4. Declaração de inidoneidade: pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 24.1.8 a 24.1.12.

24.3. As penalidades serão registradas obrigatoriamente no CEIS e no CNEP, integrados ao SICAF.

24.4. A aplicação das sanções será apurada em processo administrativo próprio, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

DO ADIAMENTO, DA REVOGAÇÃO OU DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

25.1. A autoridade competente poderá revogar o procedimento licitatório em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. A anulação ou revogação da licitação não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no art. 71, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

25.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

das impugnações e dos pedidos de esclarecimento

26.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos.

26.2. O pedido de esclarecimento ou a impugnação deverá ser encaminhado ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente de forma eletrônica, por meio do sistema Compras.gov.br ou do e-mail oficial: licitacoes@craal.org.br, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

26.3. O Pregoeiro responderá no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, sendo as respostas divulgadas no sítio eletrônico oficial.

26.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e as decisões das impugnações integrarão os autos do processo licitatório.

26.5. O acolhimento da impugnação implicará alteração do Edital, com a designação de nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

DOS ILICITOS PENAIS



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

27.1. As infrações penais licitatórias encontram-se tipificadas no Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021. O CRA-AL oficiará ao Ministério Público ou à Polícia Federal sempre que constatar indícios da prática de ilícitos penais.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação.

28.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo o CRA-AL responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão contados em dias úteis, exceto quando houver expressa menção a dias corridos.

28.5. Este Edital e seus Anexos poderão ser obtidos no PNCP, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no sítio oficial do CRA-AL (www.craal.org.br).

28.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão deste Edital, ressalvadas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I), que possuem primazia técnica.

28.7. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

28.8. O foro para dirimir eventuais litígios relativos ao presente Edital e ao futuro contrato, que não puderem ser compostos administrativamente, será o da Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado de Alagoas (Maceió/AL).

Maceió/AL, 25 de junho de 2026.



Documento assinado digitalmente

LIVIA CARLA DA SILVA CORREIA

Data: 25/06/2026 13:30:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LIVIA CARLA DA SILVA CORREIA

Pregoeiro/Agente de Contratação

Conselho Regional de Administração de Alagoas – CRA-AL



Documento assinado digitalmente

ISIS SILVA DE ARAÚJO

Data: 25/06/2026 10:31:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ISIS SILVA DE ARAÚJO

Presidente

Conselho Regional de Administração de Alagoas – CRA-AL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DE AL

TERMO DE REFERÊNCIA 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	389134-CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DE AL	PERSEU QUINTELA DE MEDEIROS CLEMENTE	23/06/2026 11:08 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		476917.000474/2026-16

TERMO DE REFERÊNCIA - ARES CONDICIONADOS

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado com capacidade de 12.000 BTUs e tecnologia inverter, incluindo a **prestação de serviço acessório de instalação física completa (modelo "chave na mão")**, com fornecimento de todos os insumos de interligação (tubulações de cobre, suportes, fiações) e a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), para atender às necessidades de climatização da sede do Conselho Regional de Administração de Alagoas (CRA-AL).

1.2. A presente contratação encontra-se estritamente vinculada ao Projeto de Infraestrutura Física aprovado e custeado com recursos oriundos do **Convênio PRODER nº 86/2025**.

1.3.A solução consolidada (equipamento + serviço) deverá ser fornecida nos quantitativos e especificações estabelecidos na tabela abaixo:

Item	CATMAT	Descrição Consolidada da Solução (Equipamento + Serviço)	Unidade	Qtd. Total
01	458192	Ar-Condicionado tipo Split Hi-Wall de 12.000 BTU/h, equipado com tecnologia Inverter (ou Dual Inverter) e serpentina de cobre. O fornecimento compreende a instalação física completa (modelo "chave na mão"), incluindo mão de obra especializada, fornecimento de todos os insumos necessários (tubulação frigorígena de cobre isolada, fiação, suportes) e a respectiva emissão de Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT).	Und.	04

1.4.A presente aquisição atende à demanda prevista no **Lote 3 - Equipamentos de Climatização (Ar-Condicionado)** do Projeto de Infraestrutura Física (Processo nº 476917.000839/2025-21), que deu origem ao

Convênio PRODER nº 86/2025, visando a padronização dos equipamentos, economia de escala e facilidade na gestão da garantia e manutenção futura.

1.5. O fornecimento e a instalação dar-se-ão de forma integral (entrega e execução únicas por escopo), não havendo previsão de fracionamento de quantitativos ou requisições parceladas, a fim de garantir a imediata climatização do ambiente e a celeridade na execução física do convênio federal.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), período suficiente para a execução integral do escopo, recebimento definitivo, liquidação e pagamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em estrita observância ao art. 18, caput e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, a fundamentação técnica da presente contratação, bem como o levantamento detalhado da necessidade, a análise de carga térmica e o dimensionamento de seus quantitativos, encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento anexo que integra este Termo de Referência para todos os fins de direito.

2.2. Registre-se que o objeto da contratação não compõe o Plano de Contratações Anual (PCA) ordinário do Conselho Regional de Administração de Alagoas (CRA-AL). A demanda é formalizada de modo **extemporâneo**, mediante inclusão expressa e justificada no Documento de Formalização de Demanda (DFD), tendo em vista a excepcionalidade e a imprevisibilidade da liberação dos recursos federais vinculados ao **Convênio PRODER nº 86/2025** (Processo nº 476917.000839/2025-21).

2.3. A presente aquisição com instalação física completa (modelo "chave na mão") visa garantir a climatização adequada da infraestrutura da autarquia, propiciando o aproveitamento tempestivo da verba de investimento disponibilizada pelo CFA, em estrita observância ao cronograma físico-financeiro do projeto aprovado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto, a eficiência energética e a estratégia de instalação física (modelo "chave na mão"), encontra-se pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, documento anexo que integra este Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Sustentabilidade

4.1.1. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021) e aos normativos federais de eficiência energética, a contratada e os equipamentos fornecidos deverão observar obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- **4.1.1.1. Eficiência Energética:** Os aparelhos deverão possuir **Selo Procel de Economia de Energia na categoria "A"** (ou classificação equivalente do INMETRO) e obrigatoriamente possuir tecnologia de compressores tipo *Inverter* ou *Dual Inverter*.
- **4.1.1.2. Gás Refrigerante Ecológico:** Os equipamentos devem utilizar fluidos refrigerantes que não agredam a camada de ozônio (tais como o R-410A, R-32 ou tecnologia superior que os substitua), em conformidade com o Protocolo de Montreal.
- **4.1.1.3. Gestão de Resíduos:** A contratada será integralmente responsável pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados no ato da instalação (papelões, plásticos, isopor, restos de alvenaria e recortes de tubulação), em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, sendo terminantemente vedado o descarte de entulhos nas lixeiras comuns da autarquia.

4.2. Indicação de Marcas ou Modelos

4.2.1. Na presente contratação **não haverá indicação de marca ou modelo exclusivo**. As especificações técnicas contidas no Tópico 1 representam os padrões mínimos de qualidade, capacidade de refrigeração e sustentabilidade exigidos, sendo admitidos equipamentos de qualquer fabricante que atendam ou superem tais requisitos.

4.3. Vedação de Marcas ou Produtos

4.3.1. Não há, para este certame, vedação prévia de marcas ou produtos específicos.

4.4. Avaliação de Conformidade Técnica (Substituição de Amostra)

4.4.1. Considerando a inviabilidade logística de exigência de amostras físicas para equipamentos de climatização, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo pregoeiro via sistema, **Prospectos, Catálogos Técnicos ou Manuais do Fabricante** (em formato digital).

4.4.2. A documentação técnica deverá comprovar de forma inequívoca o atendimento a todas as especificações do edital, em especial a capacidade (BTUs), a presença de serpentina de cobre, o Selo Procel "A" e o uso da tecnologia *Inverter*.

4.4.3. O prazo para envio dos catálogos, folders e folhetos técnicos digitais via sistema Compras.gov.br será de **02 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro no chat da disputa.

4.5. Carta de Solidariedade

4.5.1. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante do equipamento.

4.6. Subcontratação

4.6.1. É admitida a **subcontratação parcial** do objeto, exclusivamente em relação à prestação dos serviços acessórios, sob as seguintes condições:

- **4.6.1.1. Parcela Vedada:** É terminantemente vedada a subcontratação do fornecimento principal (venda /faturamento dos aparelhos de ar-condicionado). A Nota Fiscal do equipamento deve ser emitida pela empresa adjudicatária.
- **4.6.1.2. Parcela Permitida:** É autorizada a subcontratação dos serviços acessórios de engenharia /refrigeração referentes à **instalação física, passagem de tubulação e adequação de infraestrutura**, até o limite de **40% (quarenta por cento)** do valor total do contrato.
- **4.6.1.3.** A contratada principal permanecerá integralmente responsável perante o CRA-AL pela qualidade dos serviços subcontratados e pela emissão da Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT).
- **4.6.1.4.** Caso a licitante opte por utilizar a prerrogativa de subcontratação parcial da parcela de instalação, deverá apresentar, junto com os documentos de habilitação, declaração formal de compromisso de subcontratação acompanhada da comprovação de registro regular da empresa subcontratada perante o conselho de classe competente (CREA ou CFT), nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.7. Garantia da Contratação

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação (caução, seguro-garantia ou fiança bancária) prevista no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando que o risco financeiro à Administração é integralmente mitigado pela forma de pagamento, que ocorrerá apenas após a instalação completa ("chave na mão") e pleno funcionamento dos equipamentos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega e Instalação

5.1.1. O prazo para a entrega dos equipamentos e conclusão integral dos serviços de instalação (modelo "chave na mão") é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, devendo ocorrer em **remessa e execução únicas**.

5.1.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo assinalado, a contratada deverá comunicar as razões com pelo menos **05 (cinco) dias úteis** de antecedência do vencimento, para que eventual pleito de prorrogação seja analisado pelo Gestor do Contrato, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues e instalados no seguinte endereço: **Sede do CRA-AL – Rua João Nogueira, nº 51, Bairro Farol, Maceió/AL - CEP: 57051-400**.

5.1.4. A execução do modelo "chave na mão" compreende:

- **a)** O descarregamento e transporte vertical/horizontal dos equipamentos até o local exato da instalação;
- **b)** A perfuração de alvenaria, passagem de tubulação frigorígena (cobre isolado), interligação elétrica entre as unidades evaporadora e condensadora, e fixação de suportes adequados (com coxins de borracha anti-vibração);
- **c)** A realização de testes de estanqueidade, desidratação (vácuo no sistema) e testes de funcionamento;
- **d)** A limpeza do ambiente após a conclusão dos serviços;
- **e)** A entrega da respectiva Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT) devidamente recolhida junto ao conselho de classe competente (CREA ou CFT).

5.2. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.2.1. O prazo de garantia contratual será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo (emissão do Termo de Recebimento), observando os seguintes prazos mínimos:

- **5.2.1.1.** Para o **serviço de instalação**: mínimo de **12 (doze) meses**.
- **5.2.1.2.** Para o **equipamento (unidades evaporadora e condensadora)**: mínimo de **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- **5.2.1.3.** Para o **compressor (tecnologia *Inverter*)**: conforme o prazo estipulado pelo fabricante (usualmente de 05 a 10 anos).

5.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de climatização e eficiência energética, sem qualquer ônus, custo de deslocamento ou despesa com peças para o Contratante.

5.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva pelo próprio Contratado, ou por meio de assistência técnica autorizada pelo fabricante, de modo a preservar a cobertura original de fábrica.

5.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados, compreendendo a substituição de peças, eliminação de vazamentos de gás, reposição de fluido refrigerante, ajustes e correções necessárias.

5.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, compatíveis com a marca do equipamento fornecido.

5.2.6. O Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da efetiva notificação pelo Contratante via e-mail ou sistema.

- **5.2.6.1.** Os serviços de manutenção e assistência técnica serão prestados obrigatoriamente mediante o **deslocamento de técnico especializado às dependências do CRA-AL** (Garantia *On-Site*), sendo vedada a exigência de que o Contratante remeta o equipamento para oficinas ou postos de coleta.

5.2.7. O prazo indicado no subitem 5.2.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.8. Na hipótese de equipamento que não admita reparo no local e necessite de remoção para a oficina, o Contratado deverá disponibilizar, se o reparo ultrapassar 15 (quinze) dias, equipamento equivalente para utilização em caráter provisório pelo Contratante, garantindo a climatização do ambiente de trabalho.

5.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação ou apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos ou glosa em eventuais faturas, sem que tal fato acarrete a perda da garantia.

5.2.10. Todo e qualquer custo referente à desinstalação, transporte, reparo e reinstalação dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade exclusiva do Contratado.

5.2.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato administrativo (Art. 105 da Lei nº 14.133/2021), permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, mesmo depois de expirada a vigência inicial do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução, o cronograma de entrega e instalação será prorrogado, mediante justificativa e formalização, pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila no processo.

6.3. As comunicações entre o CRA-AL e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional (e-mail) para esse fim, com confirmação de recebimento.

6.4. O CRA-AL poderá convocar representante ou responsável técnico da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente durante a fase de perfuração de alvenaria e instalação física dos equipamentos.

6.5. Após a emissão da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, o CRA-AL poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial de alinhamento** (presencial ou virtual), visando definir o cronograma de instalação, os horários permitidos para ruído/obra e a liberação de acesso às dependências da autarquia.

6.6. Fiscalização:

6.6.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pelo **Presidente do CRA-AL**, observando o princípio da segregação de funções.

6.7. Fiscalização Técnica (Atribuições):

6.7.1. O fiscal técnico acompanhará a entrega e a execução dos serviços de instalação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste TR.

6.7.2. Anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados (ex: danos à pintura, sujeira no local, tubulação aparente fora do padrão).

6.7.3. Identificada qualquer irregularidade, emitirá notificações para a correção imediata, determinando prazo razoável para o saneamento.

6.7.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.7.5. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá às seguintes rotinas específicas:

- **6.7.5.1.** Exigir e arquivar a via original da **Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT)** referente à instalação, devidamente recolhida pelo profissional responsável.
- **6.7.5.2.** Verificar in loco se os equipamentos entregues correspondem exatamente às especificações de marca, modelo, capacidade (BTUs), Selo Procel "A" e tecnologia *Inverter* ofertadas na proposta.
- **6.7.5.3.** Acompanhar e atestar a realização dos testes de estanqueidade e vácuo no sistema frigorígeno antes da liberação do fluido refrigerante.

6.8. Fiscalização Administrativa (Atribuições):

6.8.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho e o pagamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências sancionatórias cabíveis.

6.8.3. Além do disposto acima, a fiscalização administrativa obedecerá às seguintes rotinas específicas:

- **6.8.3.1.** Conferir a entrega e o arquivamento de todos os **Manuais de Operação e Certificados de Garantia** dos equipamentos (máquina e compressor).

6.9. Gestor do Contrato (Atribuições):

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento, contendo todos os registros formais da execução, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações.

6.9.2. Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada (SICAF) para fins de empenho de despesa e pagamento.

6.9.3. Emitirá o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais (**Termo de Recebimento Definitivo**), atestando o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado para fins de liquidação da despesa.

6.9.4. Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, caso a empresa atrase a entrega ou abandone a instalação.

6.9.5. Elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação, subsidiando a **prestação de contas do Convênio PRODER nº 86/2025** perante o Conselho Federal de Administração (CFA).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto (Equipamento e Instalação)

7.1.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega física dos equipamentos (caixas das evaporadoras e condensadoras) nas dependências do CRA-AL, pelo servidor responsável pela fiscalização, apenas para efeito de conferência de quantitativos e autorização para o início dos serviços de instalação.

7.1.2. Os equipamentos ou insumos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência (ex: ausência de Selo Procel "A", serpentina de alumínio ao invés de cobre), devendo ser substituídos no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, às custas da contratada.

7.1.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação formal de conclusão da instalação física, e ficará estritamente condicionado à:

- **a)** Verificação de pleno funcionamento e eficiência de refrigeração de todos os aparelhos;
- **b)** Limpeza do local e remoção de entulhos decorrentes da obra;
- **c)** Entrega da via original da Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT) devidamente recolhida;
- **d)** Entrega dos manuais e certificados de garantia originais de fábrica.

7.1.4. Cumpridos os requisitos, o Gestor do Contrato emitirá o **Termo de Recebimento Definitivo**, documento hábil para o prosseguimento do faturamento.

7.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens e serviços, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação da Despesa

7.2.1. Emitido o Termo de Recebimento Definitivo e apresentada a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa pelo setor financeiro.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal expressa os elementos essenciais (validade, dados do contrato/empenho, valor a pagar) e o destaque de eventuais retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus ao Contratante.

7.2.4A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada preferencialmente por meio de consulta on-line ao SICAF.

7.2.5. A Administração realizará consulta ao SICAF, ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e ao CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) para identificar possível razão que impeça o pagamento.

7.2.6. Constatando-se situação de irregularidade, o Contratado será notificado para, em **05 (cinco) dias úteis**, regularizar sua situação ou apresentar defesa.

7.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto (equipamentos instalados e funcionando), os pagamentos serão realizados normalmente para evitar enriquecimento sem causa da Administração, adotando-se, contudo, as medidas sancionatórias e de retenção cautelar cabíveis para garantir o recebimento de créditos.

7.3. Prazo e Atualização de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso injustificado por parte do CRA-AL, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-E** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), *pro rata die*.

7.4. Forma de Pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária, transferência eletrônica ou PIX, para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada (vinculada ao seu CNPJ).

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável (IR, INSS, ISS, CSLL, conforme o caso).

7.4.4. O Contratado regularmente optante pelo **Simples Nacional** (LC nº 123/2006) não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação, no corpo da Nota Fiscal, da comprovação oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço por Item**, visando garantir a padronização dos equipamentos de climatização e a economia de escala.

8.2. Exigências de Habilitação Jurídica

8.2.1. As empresas deverão apresentar os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica:

- **8.2.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial).
- **8.2.1.2.** Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).
- **8.2.1.3.** Sociedade Empresária ou Limitada Unipessoal (SLU): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social na Junta Comercial, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.3. Exigências de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.3.1. As licitantes deverão comprovar sua regularidade mediante a apresentação de:

- **8.3.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- **8.3.1.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta RFB e PGFN).
- **8.3.1.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- **8.3.1.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).
- **8.3.1.5.** Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (fornecimento de bens e prestação de serviços).
- **8.3.1.6.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos (salvo aprendiz), nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.4. Exigências de Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Considerando a baixa materialidade da contratação e a natureza de entrega em parcela única do objeto, a Administração opta por utilizar a faculdade prevista no **art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, dispensando a apresentação de Balanço Patrimonial e respectivos demonstrativos de índices contábeis.

8.4.2. Para fins de comprovação mínima de higidez financeira, será exigida da licitante exclusivamente a apresentação de **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.4.3. Caso o órgão emissor não declare expressamente o prazo de validade na certidão apresentada, e não havendo previsão legal específica em contrário, o documento será considerado válido pelo prazo de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da sua data de emissão.

8.5. Exigências de Qualificação Técnica

8.5.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica e operacional para a execução do modelo "chave na mão", a licitante deverá apresentar:

- **8.5.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante fornecido bens e serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao objeto desta contratação.
- **8.5.1.2.** Considera-se "complexidade equivalente" a execução de contratos que tenham envolvido o **fornecimento e a instalação física de aparelhos de ar-condicionado tipo Split**.
- **8.5.1.3.** Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- **8.5.1.4. Registro no Conselho Profissional:** Comprovação de registro ou inscrição da empresa executora dos serviços no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (**CREA**) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (**CFT**), em plena validade.
 - *Nota:* Caso a licitante (fornecedora do equipamento) opte por utilizar a prerrogativa de subcontratação da parcela de instalação (conforme Tópico 4 deste TR), o registro no CREA/CFT exigido neste subitem poderá ser suprido mediante a apresentação do registro da empresa subcontratada, acompanhado de declaração formal de compromisso de subcontratação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço estimado total da contratação será formalmente consolidado no **Relatório de Pesquisa de Preços**, documento técnico que passará a figurar como Anexo inseparável deste Termo de Referência e do futuro Edital.

9.2. A estimativa definitiva será precedida de regular pesquisa de mercado, em estrita observância ao art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e aos parâmetros e metodologias estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

9.3. O valor de referência buscará espelhar a realidade do mercado, tendo como teto balizador o Mapa de Cotação de Preços inicialmente aprovado no Projeto de Infraestrutura Física do **Convênio PRODER nº 86/2025**.

9.4. Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte (consultas ao Painel de Preços, contratações similares e propostas de fornecedores) estarão detalhados no respectivo relatório de pesquisa, garantindo a rastreabilidade e a transparência na aplicação dos recursos federais.

9.5. Em virtude da natureza dos recursos vinculados ao convênio, o orçamento estimado não possuirá caráter sigiloso, sendo o seu detalhamento público e acessível a todos os licitantes desde a publicação do edital, visando a formulação de propostas objetivas e justas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação de que trata este Termo de Referência, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Fonte: Máquinas e Equipamentos

10.2. A emissão da Nota de Empenho ficará estritamente condicionada à efetiva disponibilidade financeira na conta vinculada ao respectivo convênio.

11. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E FECHO


Atestamos, sob a nossa responsabilidade, que o conteúdo deste Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame, limitar ou frustrar a competição ou a regular execução do objeto contratual.

Maceió/AL, 23 de junho de 2026.

ELABORAÇÃO TÉCNICA


Perseu Quintela de Medeiros Clemente

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **ANNE KELY DE OLIVEIRA ALVES**
Data: 25/06/2026 14:54:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Anne Kely de Oliveira Alves

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA ALVES FERREIRA**
Data: 25/06/2026 10:19:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Luciana Alves Ferreira

Equipe de Planejamento

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PERSEU QUINTELA DE MEDEIROS CLEMENTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 11:08:12.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

MINUTA xxxx/2026/CRA-AL

PROCESSO Nº 476917.000474/2026-16

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Nº XX/2026/CRA-AL,**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE ALAGOAS –
CRA-AL, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS
DE AR-CONDICIONADO COM
INSTALAÇÃO FÍSICA COMPLETA.**

CONTRATANTE

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALAGOAS – CRA-AL, autarquia federal de fiscalização profissional, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 35.259.696/0001-50, com sede na Rua João Nogueira, nº 51, Bairro Farol, Maceió/AL, CEP: 57.051-400, neste ato representada por sua Presidente, Adm. Isis Silva de Araújo, brasileira, divorciada, inscrita no CRA-AL sob o nº 1-1507, e no CPF sob o nº 739.718.474-04, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** ou **CRA-AL**.

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com estabelecimento na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo(a) Sr.(ª) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**.

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e aos



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

preceitos de direito público, aplicados supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), celebram o presente contrato decorrente do Processo Administrativo nº **476917.000474/2026-16** e do Pregão Eletrônico nº XX/2026, homologado em [data da homologação], mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **aquisição de 04 (quatro) aparelhos de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade de 12.000 BTUs e tecnologia Inverter (ou Dual Inverter) e serpentina de cobre**, incluindo a prestação de serviço acessório de **instalação física completa (modelo "chave na mão")**, com fornecimento de todos os insumos de interligação (tubulações de cobre, suportes e fiações) e a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), para atender às necessidades de climatização da sede do CRA-AL, conforme especificações constantes do Termo de Referência nº 2/2026 (Anexo I) e da proposta da Contratada (Anexo III).

1.2. A solução contratada é consolidada (equipamento + serviço), devendo ser fornecida nos seguintes quantitativos e especificações mínimas:

Item	CATMAT	Descrição	Unid.	Qtd.
01	458192	Ar-Condicionado tipo Split Hi-Wall de 12.000 BTU/h, com tecnologia Inverter (ou Dual Inverter) e serpentina de cobre. O fornecimento compreende instalação física completa ("chave na mão"), incluindo mão de obra especializada, tubulação frigorígena de cobre isolada, fiação, suportes e emissão de ART/TRT.	Und.	04

1.3. A presente contratação encontra-se vinculada ao Projeto de Infraestrutura Física aprovado e custeado com recursos oriundos do **Convênio PRODER nº 86/2025** (Processo nº 476917.000839/2025-21), firmado entre o CRA-AL e o Conselho Federal de Administração (CFA).

1.4. O fornecimento e a instalação dar-se-ão de forma integral (entrega e execução únicas, por escopo), não havendo fracionamento de quantitativos ou requisições parceladas.



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

1.5. São partes integrantes e inseparáveis deste instrumento, vinculando esta contratação independentemente de transcrição:

1.5.1. Termo de Referência nº 2/2026;

1.5.2. Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026 e seus Anexos ;

1.5.3. Proposta Comercial Final Atualizada da Contratada;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), período suficiente para a execução integral do escopo, recebimento definitivo, liquidação e pagamento.

2.2. O contrato estará concluído com o recebimento definitivo da totalidade do objeto contratado, a liquidação e o efetivo pagamento, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

2.3. Na hipótese de o objeto não ser concluído no prazo estipulado, por razões não imputáveis à Contratada, a vigência poderá ser prorrogada mediante celebração de termo aditivo, nos termos do art. 105, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A garantia legal e contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado da vigência do contrato administrativo, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a aplicação de penalidades por descumprimento mesmo após o término da vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A execução do objeto obedecerá ao modelo "chave na mão", compreendendo as seguintes etapas integradas:

a) O descarregamento e o transporte vertical/horizontal dos equipamentos até o local exato da instalação;

b) A perfuração de alvenaria, a passagem de tubulação frigorígena (cobre isolado), a interligação elétrica entre as unidades evaporadora e condensadora, e a fixação de suportes adequados com coxins de borracha anti-vibração;

c) A realização de testes de estanqueidade, desidratação (vácuo no sistema) e testes de funcionamento;



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

d) A limpeza do ambiente e o descarte ecologicamente adequado de todos os resíduos gerados na instalação, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

e) A entrega da Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), devidamente recolhida junto ao CREA ou ao CFT.

3.2. O prazo para a entrega dos equipamentos e para a conclusão integral dos serviços de instalação é de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

3.3. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados exclusivamente na sede do CRA-AL: **Rua João Nogueira, nº 51, Bairro Farol, Maceió/AL – CEP: 57.051-400.**

3.4. Caso não seja possível o cumprimento do prazo, a Contratada deverá comunicar as razões com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência do vencimento, para análise pelo Gestor do Contrato, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

3.5. Após a emissão da Nota de Empenho ou a assinatura do contrato, o CRA-AL poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial de alinhamento (presencial ou virtual), visando definir o cronograma de instalação, os horários permitidos para a execução dos serviços e a liberação de acesso às dependências da autarquia.

3.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução, o cronograma será prorrogado pelo tempo correspondente, mediante justificativa e formalização mediante simples apostila no processo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), correspondente à solução integrada de fornecimento e instalação de 04 (quatro) aparelhos de ar-condicionado, conforme Proposta Comercial Final Atualizada (Anexo III).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tais como: equipamentos, insumos de instalação (tubulações de cobre, suportes, fiações, isolantes), mão de obra especializada, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete,



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

seguro, emissão de ART/TRT e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

4.3. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência do contrato, tendo em vista que o prazo de entrega e instalação é de até 30 (trinta) dias corridos, inferior ao interregno mínimo de 1 (um) ano previsto no art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Na hipótese excepcional de a execução do contrato extrapolar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE**, pro rata die, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Da Medição:

5.1.1. A aferição da execução do objeto tomará por base as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência (Anexo I), verificando-se o pleno funcionamento dos aparelhos, a conformidade técnica com as especificações contratadas e a entrega de toda a documentação exigida.

5.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.1.2.1. Não entregou os equipamentos nas especificações contratadas (ausência de tecnologia Inverter, serpentina de alumínio ao invés de cobre, ausência de Selo Procel "A" ou capacidade divergente);

5.1.2.2. Não concluiu integralmente os serviços de instalação (modelo "chave na mão");

5.1.2.3. Deixou de entregar a ART/TRT, os manuais ou os certificados de garantia.

5.2. Do Pagamento:

5.2.1. O pagamento será efetuado em **parcela única**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

5.2.2. É expressamente vedado o pagamento fracionado ou correspondente apenas à entrega dos equipamentos. O atesto da Nota Fiscal e a consequente liquidação ficam estritamente condicionados à emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, que comprova a entrega dos aparelhos, a instalação



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

completa e em pleno funcionamento, e a entrega de toda a documentação técnica (ART/TRT, manuais e certificados de garantia).

5.2.3. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária, transferência eletrônica ou PIX, para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, vinculada ao seu CNPJ.

5.2.4. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, INSS, ISS, conforme o caso).

5.2.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006) não sofrerá as retenções relativas aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação, no corpo da Nota Fiscal, de comprovação oficial de enquadramento.

5.2.6. A liberação do pagamento ficará condicionada, no que couber, à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, constatada preferencialmente por consulta on-line ao SICAF.

5.2.7. A Administração realizará consulta ao SICAF, ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e ao CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) previamente ao pagamento, para identificar possível impedimento.

5.2.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo de pagamento após a regularização, sem ônus ao Contratante.

5.2.9. No caso de atraso injustificado no pagamento por parte do CRA-AL, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-E** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), pro rata die.

5.2.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à Contratada ou de inadimplência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. O CONTRATANTE (CRA-AL) obriga-se a:



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência (Anexo I);

6.1.2. Assegurar o livre acesso das equipes técnicas da Contratada às dependências da sede do CRA-AL para a entrega, instalação e testes dos equipamentos;

6.1.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o recebimento definitivo da solução e a liquidação da despesa, nos termos da Cláusula Quinta;

6.1.4. Verificar a manutenção das condições de regularidade fiscal e trabalhista (SICAF) durante toda a vigência contratual;

6.1.5. Transmitir ao preposto da Contratada todas as demandas e comunicações relativas à execução do contrato;

6.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto;

6.1.7. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

6.1.8. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões que causarem prejuízo à Contratada.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a:

6.2.1. Entregar os equipamentos e concluir integralmente os serviços de instalação no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento;

6.2.2. Nomear preposto para acompanhamento da entrega e da instalação, que deverá seguir as orientações demandadas pelo CRA-AL;

6.2.3. Assumir a responsabilidade por todas as despesas diretas e indiretas (salários, transportes, EPs, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais), garantindo a inexistência de qualquer vínculo empregatício de seus funcionários com o CRA-AL;

6.2.4. Entregar os equipamentos obedecendo rigorosamente às especificações contratadas: tipo Split Hi-Wall, 12.000 BTUs, tecnologia Inverter, serpentina de cobre e Selo Procel categoria "A";

6.2.5. Executar o modelo "chave na mão": descarregamento, perfuração de alvenaria, passagem de tubulação frigorígena (cobre isolado), interligação



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

elétrica, fixação de suportes com coxins anti-vibração, testes de estanqueidade e vácuo, e limpeza do ambiente;

6.2.6. Entregar a Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT) devidamente recolhida junto ao CREA ou ao CFT, relativa aos serviços de instalação;

6.2.7. Entregar os manuais de operação e os certificados de garantia originais de fábrica (máquina e compressor);

6.2.8. Responsabilizar-se pelo recolhimento e pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados na instalação (papelões, plásticos, restos de alvenaria, recortes de tubulação), nos termos da Lei nº 12.305/2010;

6.2.9. Prestar garantia dos serviços de instalação pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo, e garantia dos equipamentos conforme os prazos mínimos definidos na Cláusula Sétima;

6.2.10. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CRA-AL ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos;

6.2.11. Manter seus empregados e/ou prepostos devidamente identificados durante a execução dos serviços;

6.2.12. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

6.2.13. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial o registro no CREA ou no CFT.

6.2.14. Caso a licitante opte por utilizar a prerrogativa de subcontratação parcial da parcela de instalação, deverá apresentar, junto com os documentos de habilitação, declaração formal de compromisso de subcontratação acompanhada da comprovação de registro regular da empresa subcontratada perante o conselho de classe competente (CREA ou CFT), nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DO OBJETO

7.1. O prazo de garantia contratual do objeto será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo (emissão do Termo de Recebimento Definitivo), observando os seguintes prazos mínimos:

7.1.1. Para o serviço de instalação: mínimo de 12 (doze) meses;



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

7.1.2. Para os equipamentos (unidades evaporadora e condensadora): mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior;

7.1.3. Para o compressor (tecnologia Inverter): conforme o prazo estipulado pelo fabricante (usualmente de 5 a 10 anos).

7.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de climatização e eficiência energética, sem qualquer ônus, custo de deslocamento ou despesa com peças para o Contratante.

7.3. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva pelo próprio Contratado, ou por meio de assistência técnica autorizada pelo fabricante, compreendendo a substituição de peças, eliminação de vazamentos de gás, reposição de fluido refrigerante e demais ajustes necessários.

7.4. As peças substituídas durante a vigência da garantia deverão ser novas, de primeiro uso, originais e compatíveis com a marca do equipamento fornecido.

7.5. O Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da efetiva notificação pelo CRA-AL.

7.5.1. Os serviços de manutenção e assistência técnica serão prestados obrigatoriamente mediante o deslocamento de técnico especializado às dependências do CRA-AL (**Garantia On-Site**), sendo vedada a exigência de que o Contratante remeta o equipamento para oficinas ou postos de coleta.

7.6. Na hipótese de o equipamento necessitar de remoção para a oficina e o reparo ultrapassar 15 (quinze) dias, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente para utilização provisória pelo Contratante.

7.7. Decorrido o prazo para reparos sem o atendimento ou sem justificativas, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa e a exigir o reembolso dos custos do Contratado, sem que tal fato implique perda da garantia.

7.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato administrativo (art. 105 da Lei nº 14.133/2021), permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento mesmo após a expiração da vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que

Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

tenham acesso em razão do certame ou deste contrato, a partir da apresentação da proposta, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. O Contratante deverá ser informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD.

8.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual (caução, seguro-garantia ou fiança bancária) prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando que o risco financeiro à Administração é integralmente mitigado pela forma de pagamento, que ocorrerá apenas após a instalação completa e o pleno funcionamento dos equipamentos, condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação;

10.1.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o CRA-AL poderá aplicar à Contratada, sem prejuízo das demais prescrições legais, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

10.2.1. Advertência: aplicável pela infração do subitem 10.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

10.2.2. Multa: de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da comunicação oficial;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar: com a Administração Pública do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.5;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.6 a 10.1.8.

10.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

10.4. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Presidência do CRA-AL, observando o princípio



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

da segregação de funções (fiscalização técnica e administrativa), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Fiscalização Técnica:

11.2.1. Acompanhar a entrega e a execução dos serviços de instalação, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.2.2. Verificar in loco se os equipamentos entregues correspondem às especificações contratadas (marca, modelo, capacidade, Selo Procel "A", tecnologia Inverter, serpentina de cobre);

11.2.3. Acompanhar e atestar a realização dos testes de estanqueidade e vácuo no sistema frigorígeno antes da liberação do fluido refrigerante;

11.2.4. Exigir e arquivar a via original da ART/TRT, devidamente recolhida pelo profissional responsável;

11.2.5. Anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, emitindo notificações para correção imediata das irregularidades identificadas.

11.3. Fiscalização Administrativa:

11.3.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhar o empenho e o pagamento, solicitando documentos comprobatórios pertinentes;

11.3.2. Conferir a entrega e o arquivamento de todos os manuais de operação e certificados de garantia dos equipamentos;

11.3.3. Reportar ao Gestor do Contrato, tempestivamente, os descumprimentos das obrigações contratuais para adoção das providências sancionatórias cabíveis.

11.4. Gestor do Contrato:

11.4.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento, contendo todos os registros formais da execução;

11.4.2. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo, atestando o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, para fins de liquidação da despesa;

11.4.3. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, caso a Contratada atrase a entrega ou abandone a instalação;



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

11.4.4. Elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação, subsidiando a prestação de contas do Convênio PRODER nº 86/2025 perante o Conselho Federal de Administração (CFA).

11.5. O CRA-AL poderá convocar representante ou responsável técnico da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente durante a fase de instalação física dos equipamentos.

11.6. As comunicações entre o CRA-AL e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional com confirmação de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato extingue-se quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

12.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, observados os ritos e procedimentos dos arts. 138 e 139 do mesmo diploma legal, com a necessária motivação e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções previstas neste contrato, podendo o CRA-AL optar pela extinção contratual e adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Conselho Regional de Administração de Alagoas (CRA-AL), vinculados ao Convênio PRODER nº 86/2025, na seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2026:

Fonte:	Máquinas e Equipamentos
Conta nº:	6.2.2.1.1.02.01.03.002
Convênio:	PRODER nº 86/2025

14.2. A emissão da Nota de Empenho ficará condicionada à efetiva disponibilidade financeira na conta vinculada ao respectivo Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato que não puderem ser compostas administrativamente, fica eleito o foro da **Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado de Alagoas (Maceió/AL)**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

E, por estarem as partes **CONTRATADA** e **CONTRATANTE** em pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no eletronicamente, para os mesmos efeitos legais, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Maceió/AL, xxxxx.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALAGOAS Adm. Isis Silva de Araújo	[Razão Social da Empresa] [Nome do Representante Legal] Representante Legal – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
---	--



Conselho Regional de Administração de Alagoas

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Compras

Rua João Nogueira 51 - Bairro Farol - Maceió-AL - CEP 57051-400

Telefone: (82) 3221-2481 - www.craal.org.br

Presidente – CRA-AL nº 1-1507 CONTRATANTE	CONTRATADA
--	------------

TESTEMUNHAS:

- 1) Nome: _____ CPF: _____
Assinatura: _____
- 2) Nome: _____ CPF: _____
Assinatura: _____

Referência: Processo nº 476917.000474/2026-16